

# PRAIAVERMELHA

**Estudos de Política e Teoria Social**

PERIÓDICO CIENTÍFICO  
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL  
NO CONTEXTO DO AVANÇO DO ULTRACONSERVADORISMO**

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

---

**REITOR** Roberto Leher

**PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA** Leila Rodrigues da Silva

## ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

---

**DIRETORA** Miriam Krenzinger Azambuja

**VICE-DIRETORA** Elaine Martins Moreira

**DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO** Mavi Pacheco Rodrigues

## REVISTA PRAIA VERMELHA

---

### EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves **UFRJ**

### EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos **UFRJ**

Paula Ferreira Poncioni **UFRJ**

### EDITORES AD HOC V.29 N.2

Carlos Montão **UFRJ**

Janete Luzia Leite **UFRJ**

Yolanda Guerra **UFRJ**

### EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

### REVISÃO

Andréa Garcia Tippi (Português)

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

### CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral **UFPE**

Antônio Carlos Mazzeo **USP**

Arthur Trindade Maranhão Costa **UNB**

Christina Vital da Cunha **UFF**

Clarice Ehlers Peixoto **UERJ**

Elenise Faria Scherer **UFAM**

Ivanete Boschetti **UFRJ**

Jean François Yves Deluchey **UFPA**

Leonilde Servolo de Medeiros **UFRRJ**

Marcos César Alvarez **USP**

Maria Cristina Soares Paniago **UFAL**

Maria Helena Rauta Ramos **UFRJ**

Maria das Dores Campos Machado **UFRJ**

Maria de Fátima Cabral Gomes **UFRJ**

Myriam Moraes Lins de Barros **UFRJ**

Ranieri Carli de Oliveira **UFF**

Rodrigo Castelo Branco Santos **UNIRIO**

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo **PUCRS**

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa **UFMA**

Suely Ferreira Deslandes **FIOCRUZ**



Escola de Serviço Social - UFRJ  
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)  
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ



[praiavermelha.ess.ufrj.br](http://praiavermelha.ess.ufrj.br)



@revistapraiavermelha



(55) (21) 3938-5386

# PRAIAVERMELHA

**Estudos de Política e Teoria Social**

PERIÓDICO CIENTÍFICO  
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 29 n. 2  
2019  
Rio de Janeiro  
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 473-808	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

A **Revista Praia Vermelha** é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição do corpo editorial.



**CC BY-NC-ND 4.0**

[http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR)

Publicação indexada em:

**IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**

ccn.ibict.br

**Base Minerva UFRJ**

minerva.ufrj.br

**Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

revistas.ufrj.br

Imagem de capa: laphotopro/Pixabay

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

---

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social-Periódicos. 2. Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5

CDU 36 (05)

# PRAIA VERMELHA

## **FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL: desafios ao projeto ético-político do Serviço Social**

TRAINING AND PROFESSIONAL WORK:  
challenges to the ethical-political project of Social Work

Helena Lúcia Augusto Chaves

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 29

n. 2

p. 671-693

2019

## RESUMO

Esta discussão trata do tema da ética na formação e no trabalho profissional do Serviço Social. A abordagem enfoca reflexões teórico-metodológicas sobre moral, ética e profissão, destacando os principais paradigmas clássicos do pensamento social e a análise sociológica sobre as profissões. O argumento considera a dimensão normativa da ética e a organização profissional, destacando a ética profissional e o projeto ético-político do Serviço Social. Visa elucidar a importância dessa discussão na sociedade contemporânea, marcada pela mercantilização das relações sociais e pelos apelos pragmáticos e mercantilistas às profissões.

## PALAVRAS-CHAVE

Formação; Trabalho Profissional; Ética; Serviço Social; Projeto Ético-Político.

## ABSTRACT

This discussion deals with ethical issues in the training and professional social work practice. The approach focuses on theoretical and methodological reflections on morality, ethics and profession, focusing on the main classical paradigms of social thought and sociological analysis of the professions. The argument considers the ethics normative dimension and professional organization, highlighting the professional ethics and the ethical-political project of Social Work. It aims to elucidate the importance of this discussion in contemporary society, marked by the commodification of social relations and the pragmatic and the mercantilist appeals to the professions.

## KEYWORDS

Training; Professional Work; Ethics; Social Work; Ethical-Political Project.

Recebido em 29.01.2019

Aprovado em 11.04.2019

## INTRODUÇÃO

A presente discussão sobre formação e trabalho profissional, enfocando reflexões teórico-metodológicas sobre moral, ética, profissão e projeto ético-político do Serviço Social, é de fundamental importância no contexto histórico atual, marcado pela profunda crise estrutural do capitalismo, pelo pensamento obscurantista, pelo avanço do ultraconservadorismo, pelo retrocesso nas conquistas humanitárias, pela expropriação dos direitos sociais e pela conseqüente interferência em todos os aspectos da produção e reprodução social. Esta contextualidade também afeta profundamente as profissões, suscitando reflexão e ação coletiva e radical para enfrentar os desafios deste tempo sombrio, que desqualifica o saber, as profissões e os profissionais, e para construir estratégias de resistências e seguir avançando no conhecimento profissional e nas conquistas civilizatórias da humanidade.

De acordo com Bastos, Yamamoto e Rodrigues (2013), as profissões possuem um núcleo estruturante de conhecimentos, tecnologias, instrumentos, ferramentas, métodos, procedimentos e práticas, que são construídos pelos campos científicos e são utilizados pelos profissionais, pessoas socialmente reconhecidas, com formação adequada e competentes para exercer a profissão. Assim sendo, o processo de formação profissional envolve a apreensão de um corpo de conhecimentos científicos e tecnologias dele decorrentes para lidar com problemas específicos postos pela sociedade. Este conjunto de competências e habilidades também envolve dimensões que são consideradas prerrogativas do exercício profissional e que podem ser sintetizadas no compromisso ético e social. A relação com a ciência, com a sociedade nas diversas formas e níveis em que ela se concretiza e com os pares constitui o tripé de um eixo fundamental para o exercício de qualquer profissão. O sentido social das profissões coloca em questionamento o posicionamento profissional diante das demandas e das necessidades sociais. Por isso a discussão da moral e da ética estão presentes no conhecimento sobre o fazer profissional.

A moral, objeto de discussão da ética, é um fenômeno histórico e suas formas de ser, que estão implicadas na regulamentação de normas e valores, inserem-se na vida social a partir dos padrões comportamentais desenvolvidos de acordo com a sociabilidade constituída. Esta, por sua vez, apresenta demandas concretas à reflexão da moral, desencadeando posteriores proposições jurídicas. Nesse processo, onde moral, costumes, valores e hábitos se entrelaçam aos mecanismos de regulação social, a abordagem desse tema necessariamente se vincula a consideração do contexto histórico e das determinações históricas que delineiam a sociabilidade implicada na discussão.

No entanto, embora a moral vigente e instituída na sociedade capitalista seja direcionada para a manutenção do status quo estabelecido no âmbito dessa sociabilidade, contraditoriamente possui um potencial contestador dessa ordem social, na medida em que se torna pauta da reflexão ética na discussão dos processos emancipatórios e nas suas respectivas lutas.

O ser e o fazer profissional também se imbuem dessa concretude dialética no processo de transformação dos objetos de suas práticas e dos contextos, nos quais se inserem. Desta forma, o estudo da ética na formação e no trabalho profissional suscita a compreensão de aspectos conceituais, formativos, interventivos, organizativos e sociais, os quais se constituem objeto de reflexão neste texto, organizado em três tópicos. No primeiro, o enfoque é dado na questão da moral no âmbito do debate sociológico sobre as profissões. A discussão dos principais paradigmas da teoria social sobre esse tema é contemplada na abordagem. O segundo item trata da dimensão normativa da ética e da organização profissional. E o terceiro item enfoca a ética profissional e o projeto ético-político do Serviço Social.

## **QUESTÃO DA MORAL NO DEBATE SOCIOLÓGICO SOBRE AS PROFISSÕES**

O debate sobre a moral está presente no pensamento social e compõe discussão obrigatória no estudo das profissões. Dos paradigmas clássicos ao debate sociológico sobre as profissões é possível destacar entendimentos e questões, que se tornam essenciais para



compreensão das profissões na sua contingência histórica.

A questão da moral perpassa a história da humanidade e suas experiências de sociabilidade, constituindo-se em instrumento de regulação social e embasando o campo da reflexão ética. De acordo com as concepções neotomistas e positivistas, o enfrentamento da questão social deveria ser feito pela ótica da moral, visão esta identificada como conservadora, pois legitima o Estado burguês e suprime a luta de classes da compreensão desses processos sociais. No entanto, a emergência do proletariado no cenário político, na segunda metade do séc. XIX, na Europa Ocidental, desencadeia as reivindicações pelos direitos trabalhistas e sociais, pautados na luta de classes, período em que se configura a denominada questão social. Desta forma, o objetivo de tratar a questão social com um conteúdo moral e um tratamento moralizante é combater o movimento operário e conservar a ordem social vigente. Para fazer frente à crise política do séc. XIX, por exemplo, Comte propôs um programa que visava atingir a família operária, pois segundo ele:

[...] o povo está naturalmente disposto a desejar que a vã e tempestuosa discussão dos direitos seja enfim substituída por uma fecunda e salutar apreciação dos deveres (...) se o povo está agora, e deve permanecer a partir desse momento, indiferente à posse direta do poder político, nunca pode renunciar à sua indispensável participação no poder moral (COMTE, 1993, p. 115).

Esse pensamento de Comte está fazendo eco na conjuntura em curso, ressignificando o sentido da moral e fundamentando os interesses do capitalismo rentista e sua busca desenfreada pelo lucro, alimentado pelo fundamentalismo religioso, pelo falso moralismo apregoado e pelos apelos fatalistas a um futuro sombrio, mesmo que as evidências comprovem que tenebroso será o futuro da humanidade se permanecer em rota de ascensão à barbárie, como está sendo conduzido pelo poder político estabelecido.

Segundo o paradigma durkheimiano, a sociedade é um todo orgânico que se mantém a partir da moral que congrega as pessoas. A moral é uma realidade *sui generis*; a convivência com outros obriga a

elaboração de regras; um grupo não é apenas uma realidade moral, mas é uma fonte de vida *sui generis*. Neste sentido, as mudanças são processadas a partir da cultura. Para Durkheim (1999), a evolução das formas de conhecimento é o fundamento da formação do sistema profissional, o que torna a discussão das profissões algo inerente à formação social ou algo “natural”, como afirma Barbosa (1993, p. 37).

Para Weber (1999), profissão é uma peculiar especificação, especialização e coordenação que mostra os serviços prestados por uma pessoa para a sociedade. Ele analisa o processo de desencantamento do mundo, a partir do processo de racionalização e conhecimento do mundo desvinculado da religião e da igreja. Mas, são os valores que condicionam os modos de ação. O processo de racionalização e a legitimidade do poder demandam impessoalidade e mérito. A mudança é explicada por lutas de poder.

Segundo Barbosa (2003), a abordagem weberiana na Sociologia das Profissões marca a passagem do estudo do papel apropriado de cada profissão (modelo funcionalista) à análise da profissionalização como fenômeno pertencente à dimensão da desigualdade social, como relação de poder, para a qual o conceito de “status” é essencial. Poder, mercado e monopólio são categorias centrais na abordagem de inspiração weberiana.

No paradigma marxiano, caracterizado por uma abordagem macrosociológica, a mudança se faz pelas transformações no e do modo de produção. Nesta perspectiva, ao fazer a crítica da economia política, a moral é evidenciada como um componente de análise dos processos sociais. Por isso Marx afirma que o “*ideal moral*” da economia política é o trabalhador levar “*à caixa econômica uma parte do seu salário*” e fazer dessa “*ideia favorita*” uma “*arte servil*”, na qual a moral da economia política na promessa de satisfazer as necessidades “*é o ganho, o trabalho e a poupança, a sobriedade.*” Por outro lado, “*a economia política da moral é a riqueza de boa consciência, de virtude, etc.*” Portanto, a moral é um elemento de análise crucial na compreensão do modo de produção capitalista, o qual é objeto de estudo nesse paradigma, conforme explicitado na passagem que diz: “*a economia política, apesar de sua aparência mundana e praze-*

*rosa, é uma verdadeira ciência moral, a mais moral das ciências.*”, que tem como dogma fundamental “*a auto-renúncia, a renúncia à vida e ao carecimento humano.*” (MARX, 1991, p.178). Em pensamento conclusivo, o autor afirma que:

[...] a oposição entre economia política e moral é só uma aparência, e assim sendo, não há oposição alguma. A economia política apenas expressa ao seu modo as leis morais (MARX, 1991, p. 179).

Por isso a crítica da economia política é tão fundamental e radical no pensamento marxiano. Porque a moral que cinde o modo capitalista de produção plasma a sociabilidade do capital, na qual a humanidade é reificada em função do mercado e da salvaguarda da ordem vigente. Os ideais emancipatórios e revolucionários da perspectiva marxiana apontam para a construção de outra sociabilidade e de uma moral social direcionada aos interesses da coletividade e não do capital e dos seus detentores.

No debate sociológico sobre as profissões, a moral constitui-se elemento fundamental de análise, presente desde o pensamento de Carr-Saunders (1937), primeiro autor que escreveu sobre profissões até Sarfatti-Larson (1979), cuja reflexão é considerada um marco no estudo das profissões, por ser a primeira abordagem, que vincula a profissão à questão do mercado, relacionando-a com o processo histórico e disputando fronteiras na divisão social do trabalho.

Na primeira corrente no estudo das profissões, inscrita na tradição funcionalista, representada por Carr-Saunders (1937), Parsons (1967), Merton (1970) e seguidores, a discussão da moral é destacada, quer seja em normatização específica dada pelo código de ética, quer seja pelo entendimento da moral como uma necessidade a ser incorporada pelo indivíduo, visando a sua integração social, sendo necessária, portanto a intervenção do Estado no processo de regulação social.

Sarfatti-Larson (1979) enfoca três características no estudo das profissões, entre as quais destaca a dimensão normativa, paralela à dimensão cognitiva e a organizacional ou institucional. Alguns autores não consideram a dimensão normativa como um ponto de

destaque importante, como faz Barbosa (2003), que omite a dimensão normativa quando separa os estudos nesta tradição, pela ênfase dada à dimensão cognitiva, aqui situando Freidson (1988; 1996; 1998) e Sarfatti-Larson (1979); ou dimensão organizacional/institucional do processo de profissionalização, onde cita Starr (1982). A justificativa para essa afirmação é que em todos os autores estão presentes os elementos tanto da dimensão cognitiva como institucional. Porém, essa omissão da dimensão normativa não implica em seu desaparecimento, visto que se constitui em uma dimensão inerente às demais, pois tanto a dimensão cognitiva como a institucional é permeada pela dimensão normativa, que consolida a profissão de acordo com a demanda, suscitada pelos padrões de sociabilidade vigente. Ou seja, tanto a racionalidade, onde se inscreve a dimensão cognitiva, como as instituições, onde se situa o enfoque organizacional são permeadas por padrões culturais, dados pela moral, onde se localiza a dimensão normativa.

## **A DIMENSÃO NORMATIVA DA ÉTICA E A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL**

A dimensão normativa é tão intrínseca a ética, que até hoje permanece a exigência de códigos de ética para regulamentar o exercício das chamadas profissões liberais. É aqui onde se situa o controle feito pelo Estado na organização das profissões.

[...] nas profissões liberais, [...] o controle autônomo não é suficiente, exigindo intervenção do Poder Público, em decorrência de sua natureza pública. Esta se dá por meio de uma norma escrita que autoriza a um órgão [...], a formalização, institucionalização, imposição e fiscalização de preceitos de conduta profissional. A moral concreta adquire a forma de lei escrita, abstrata, instituída pela lei profissional. Adquire então natureza oficial, com seu cumprimento assegurado pelo Poder Público. Essa forma legal é o código de ética, que busca ou deve buscar a unificação nacional da conduta dos profissionais, segundo o interesse público ou coletivo (SIMÕES, 2008, p. 509).

O Estado, aqui entendido não como conceito universal, mas como forma de ordenamento político e de organização do poder historicamente determinada, indica a condição social e política do país e diz respeito à esfera da vida humana organizada. Neste sentido, realiza a regulação social também na área específica da moral do trabalho. Daí resulta, por exemplo, a emissão de lei normativa das profissões liberais, que intervém em determinada atividade, regulamentando-a e instituindo órgãos e conselhos para defender a autonomia profissional e fiscalizar o exercício da profissão. A mediação estatal, nesse caso, visa consolidar a relação entre profissão e sociedade; ou entre exercício profissional e demanda social na garantia do interesse público, comum à coletividade. O exercício profissional, portanto, é incompatível com ações arbitrárias e de interesse pessoal.

Dessa forma, o posicionamento profissional ao conduzir as intervenções é um elemento fundamental, que se torna condição para o exercício profissional, permitindo situar a intervenção no âmbito dos preceitos apreendidos na formação, evitando casuísmos e apropriação indevida da expertise profissional. Também contribui para distinguir práticas, que desconsideram o saber profissional. Esse posicionamento profissional possibilita perceber o objeto de intervenção de forma reflexiva, considerando os vários aspectos envolvidos no problema, posicionando a favor de quem a ação profissional está direcionada e levando em conta a necessidade social da intervenção. Esse aspecto também torna possível a realização de práticas colaborativas, construtivas, inovadoras, retroalimentadoras do campo da ciência específica e direcionadas a buscar soluções que tragam benefícios sociais. O referido posicionamento deve ser um ponto de partida da ação. Ou seja, é necessário estar ciente que a ação profissional desencadeia consequências e que deve visar o bem comum.

Nesse âmbito destaca-se a relevância da Ética, etimologicamente derivada do grego *ethos*, que se refere ao comportamento e cujo objeto de estudo é o valor do comportamento humano. A Ética investiga a conduta humana, para responder as questões práticas referentes ao que se deve fazer, à como se deve ser e à como se deve agir.

As normas morais são questões éticas colocadas e respondidas em nível pessoal, a partir de regras de conduta baseadas na consciência moral, capazes de entender a coletividade através dos costumes e das tradições. Estas são diferentes das normas jurídicas, as quais são questões éticas colocadas pela sociedade e respondidas pelo Estado. Ou seja, são regras sociais de conduta baseadas no poder do Estado e caracterizadas pela coercibilidade.

Desde a primeira concepção ética, o Hedonismo, que discutia sobre o bem e o mal, passando pelo formalismo Kantiano, para o qual a fonte do dever é a razão humana e o bem é o cumprimento puro e simples do dever, até a compreensão da ética na sua dimensão subjetiva e objetiva, os valores morais refletem o estágio em que o homem se encontra no processo civilizatório. Para a ética subjetiva, os valores são: o gosto pessoal e o padrão social vigente, portanto, o sistema de valores não é universal. Para a ética objetiva é possível a validade de um conjunto de valores para a coletividade.

Nesse sentido, de acordo com Barroco (1996), a moral faz parte de uma necessidade prática de convívio social desde as sociedades primitivas, enquanto que a reflexão teórica sobre ela só surge com os gregos no interior do conhecimento filosófico. Esse conhecimento deu origem à ética como disciplina filosófica ou teoria sobre a moral, cabendo a ela as seguintes indagações: *“o que é o bem? O que é a virtude? Qual é o significado dos valores? Quais são os fundamentos da liberdade, da justiça?”*

Dessa forma, a prática moral é uma resposta às necessidades sociais que podem existir sem que se reflita teoricamente sobre ela, assim o conteúdo da reflexão ética é a própria realidade moral. Como diz Barroco (2001), *“as normas e deveres não são instituídos pela teoria, mas por necessidades práticas.”* Nestes termos a teoria refere-se ao entendimento desse processo, indagando sobre o seu significado e voltando à prática para contribuir com sua transformação.

Em relação às dimensões do ser social, os indivíduos têm uma dimensão singular que é voltada para o eu. No dizer de Heller (1978, p. 20), *“as necessidades humanas tornam-se conscientes no indiví-*

*duo, sempre sob a forma do eu. O eu tem fome, sente dores (físicas ou psíquicas); no eu nascem os afetos e as paixões.*” Nessa dimensão, própria da vida cotidiana, o indivíduo responde à sobrevivência, assimila hábitos, reproduz costumes, valores e normas de acordo com a sociedade à qual se vincula, sem, no entanto, ter consciência como ser universal, um ser humano genérico, porque as normas e deveres morais são incorporados mecanicamente, de forma repetitiva, espontânea. Esta repetição não pode ser chamada de práxis. A reflexão teórica e a práxis implicam uma consciência genérica, uma atitude que eleve o indivíduo para além do seu eu, possibilitando uma ação consciente das alternativas, com autonomia, com liberdade. Portanto, a ética é parte constitutiva de todas as formas de práxis, porque estas são atividades onde o indivíduo transcende a sua singularidade e eleva-se à sua universalidade.

Na Ética contemporânea incluem-se as doutrinas atuais e as que, surgidas no Séc. XIX, continuam exercendo influências hoje. No plano filosófico, apresentam-se como reação ao formalismo, ao racionalismo abstrato kantiano e ao racionalismo absoluto de Hegel. Uma tentativa de salvar o concreto em face do formal. Resgatar o homem real de sua abstração. Neste sentido, há uma reação contra o formalismo e o universalismo abstrato, o racionalismo absoluto, a fundamentação transcendente (metafísica) da ética e por outro lado, uma aceitação do homem concreto, enquanto indivíduo (KIERKEGAARD) e do homem social (MARX), a partir do reconhecimento do irracional no comportamento humano à procura da origem da ética no próprio homem. Segundo Vázquez (1982), o princípio formal básico da Ética é *“a igualdade universal e a co-responsabilidade solidária de todos os seres racionais.”* Para esse autor, *“a ética estuda uma forma de comportamento humano que os homens julgam valioso e, além disso, obrigatório e inescapável.”* (VÁZQUEZ, 1982, p. 12). Em se tratando de ética profissional, a ética não deve ser estudada apenas como objeto da ciência, cujo objeto de estudo é definido pela ciência da moral, mas, também e, principalmente, como disciplina normativa, como código de conduta no exercício profissional.

O código de ética profissional, como controle legalmente constituído pelo Estado para regulamentar a ação profissional, também apresenta uma característica peculiar quando realiza a separação entre campo do conhecimento formal (dimensão cognitiva) e do exercício profissional (dimensões normativas e organizacionais). Ao mesmo tempo em que se fundamenta no conhecimento formal específico do campo de atuação profissional possui uma autonomia em relação a este, pois se refere a outro aspecto da realidade profissional, que não se situa no âmbito da formação, mas do trabalho profissional.

Esta prerrogativa confere ao código a legitimidade para regular o profissional no processo de profissionalização e, neste sentido, induz o profissional ao compromisso com a sociedade, direcionando a ação profissional e transformando-a em um referencial para a sociedade.

O compromisso profissional com a sociedade é um norteador importante da ação profissional, que indica o foco da intervenção. Segundo Freire (1987), esse compromisso define o polo para o qual a ação se orienta e envolve a decisão lúcida e profunda de quem o assume. Nas palavras do autor *“não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.”* (FREIRE, 1987, p.78). Dessa forma, um ato ou ação se define como compromisso quando há um engajamento com a realidade, uma preocupação em transformá-la e a condição para isso é a capacidade de agir e refletir. Além disso, há uma relação estreita entre os campos profissionais e a sociedade em que se inserem. Tais campos nascem e desenvolvem-se a partir de demandas historicamente constituídas na sociedade e, em contrapartida, contribuem, em níveis distintos, para moldá-las. O trabalho profissional não ocorre em um vácuo social. Pelo contrário, esteja onde estiver, o profissional irá se deparar com uma realidade social complexa, multifacetada, repleta de conflitos e contradições, que se manifestam por meio de desigualdades e processos de exclusão. Estas questões exigem a postura de reflexão crítica contínua sobre as práticas e suas relações no âmbito da comunidade científica e profissional, da qual fazem parte.

Dessa forma, o objetivo profissional consiste em tornar de conhecimento público e coletivo o saber adquirido pelo esforço individual.



Os profissionais se preparam para exercer atribuições específicas para a coletividade, para interagir com outros profissionais, com leigos e com recursos tecnológicos, tendo assim um ganho pessoal e profissional significativo. Ou seja, o exercício profissional projeta o indivíduo na coletividade e deste modo não há espaço para o isolamento, para apropriações do saber no nível pessoal, até porque as descobertas são frutos de transformações do que já existe, principalmente, no estágio de evolução em que se encontra o conhecimento.

Portanto, o desenvolvimento de atividades inseridas no universo de abrangência e compreensão da prática profissional é que se constituirá na efetivação da especificidade de atuação da profissão. Por isso o instrumental técnico-operativo se modifica a cada período de mudanças sociais intensas, pois embora o objeto da profissão seja o mesmo e os objetivos a serem atingidos correspondam com a evolução histórica da profissão enquanto tal, as formas de atuação na realidade e o conjunto de técnicas de domínio da profissão mudam a partir das demandas sociais, das descobertas científicas e tecnológicas e das transformações sociais de cada contexto histórico e social.

A atuação profissional envolve outros indivíduos e interfere, direta ou indiretamente, na vida social. Nestes termos, de forma genérica, não há profissões mais nobres que outras. Há especificidades profissionais que não se pode comparar em grau de inferioridade ou superioridade. Segundo Abott (1988), uma profissão não existe sem a outra, havendo um sistema de profissões.

Portanto, o que se verifica é que um mesmo problema pode necessitar da intervenção de diferentes profissionais, que em muitos casos faz-se de forma articulada no mesmo espaço ocupacional, como nos trabalhos onde estão envolvidas equipes multiprofissionais e interdisciplinares. Nestes casos, há que sincronizar as ações para obtenção de maior êxito. Por isso, nos trabalhos de prestação de serviços há uma ação integrada, porque se fundam numa inter-relação pessoal intensa, constituindo-se, segundo Merhy (2004), em um processo de *“intersecção partilhada.”* Ou seja, no processo de trabalho na saúde, por exemplo, há um compartilhamento entre trabalhadores da saúde e usuários, sendo estes coparticipantes do pro-

cesso de trabalho, na medida em que fornecem informações sobre seu estado de saúde e cumprem as recomendações terapêuticas.

Considerando que este movimento envolve vários atores sociais e uma complexidade própria da dinâmica da vida em sociedade e do constante embate pelo devir, entende-se que o trabalho profissional não se esgota em si mesmo, nem se modifica naturalmente, acompanhando o processo histórico no qual está envolvido. Por isso que as formas de atuação vão sendo modificadas de variados modos nos diferentes espaços de intervenção profissional. Há atuações que se desenvolvem com desempenho satisfatório e atingem metas estabelecidas. É preciso desenvolver estratégias exitosas e realizar práticas que permitam a obtenção dos resultados esperados. Não há fórmulas prontas para desenvolver a ação profissional, mas há um conjunto de componentes indispensáveis ao exercício profissional.

Inicialmente, é preciso ter princípios claros e posições definidas. Sem um posicionamento ético-político não se consegue ancorar os fundamentos teórico-metodológicos, imprescindíveis a um bom desempenho profissional. Depois é necessário combinar esses fundamentos e esse posicionamento com um instrumental técnico-operativo compatível, capaz de extrair resultados da intervenção. A prática não deve ser desenvolvida sem que o profissional tenha clareza dos objetivos a serem atingidos e das ações que permitirão a execução das metas propostas. Quando se tem clareza disso, a intervenção tende a ser bem sucedida, possibilitando o reconhecimento da profissão. Do contrário, a prática profissional é desenvolvida mecanicamente, sem reflexão sobre a sua importância, utilizando-se de técnicas que não correspondem à demanda posta e, portanto, prescindíveis no espaço profissional; ou até mesmo descartáveis. Descobrir a forma mais eficaz de realizar a prática profissional não é uma façanha que se encerra nela mesma, pois implica um constante repensar e refazer a prática. O exercício profissional se constitui como uma práxis, na qual interagem outros atores sociais, no mesmo espaço de intervenção profissional e no âmbito mais amplo de inserção social. Portanto não é uma tarefa fácil, nem tampouco algo que se aprende exclusivamente na universidade.

O aprendizado pós-formatura é uma característica comum às diversas profissões das diversas áreas, pois o exercício profissional se constrói na ação interventiva. A antecipação teórica permite o direcionamento da prática; as ponderações a partir do conhecimento das práticas anteriores; a escolha e utilização do instrumental técnico-operativo e de material adequado; a elucidação dos desafios a serem enfrentados; o cotejamento de informações nas decisões a serem tomadas; enfim, compõe parte integrante do exercício profissional em toda sua dimensão. Ressalte-se que é apenas parte do processo e como tal só se completa na prática.

[...] a teoria emerge da prática e a ela retorna. A natureza se revela a nós pela prática, pela experiência; e tão-somente pela prática é que a dominamos de modo efetivo. A prática, portanto, é um momento de toda teoria: momento primeiro e último, imediato inicial e retorno ao imediato. E, vice-versa, a teoria é um momento da prática desenvolvida, daquela que supera a simples satisfação dos carecimentos imediatos (LEFEBVRE, 1983, p. 235).

Portanto, teoria e prática se imbricam dialeticamente e existem nesta relação de interdependência e complementaridade em qualquer área do conhecimento. Saber discernir cada coisa é utilizar-se do aproveitamento inteligente do conhecimento teórico e prático acumulado. Isto é fundamental, para que não se incorra em desgastes desnecessários, que muitas vezes transformam-se em dilemas insolúveis e crescentes, fugindo ao controle do profissional e criando situações que dificultam a execução das atividades e o bom relacionamento entre as partes envolvidas. Para que haja maior aproveitamento das perspectivas de trabalho com outros profissionais e a colaboração de demais interlocutores é imprescindível existir espaços e momentos constantes de reflexão coletiva do fazer profissional.

Nesse sentido, a profissão se projeta para além de suas especificidades e só então a mudança cultural será processada de fato, pois o conceito que se tem de uma prática profissional não é algo endógeno à profissão, a qual só adquire consistência quando passa a ser entendida, respeitada e valorizada pela coletividade que com-

põe o universo da inserção profissional. Esta valorização também passa pela credibilidade adquirida pela profissão quando se torna indispensável à dinâmica institucional e/ou processual em que se desenvolve.

## **A ÉTICA PROFISSIONAL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL**

Na história do Serviço Social, a ética profissional, a partir de 1968, aproximou-se do movimento político, fundamentado nas interpretações das ideias de Gramsci e Althusser, influenciando a postura do Assistente Social e fazendo-o entender-se como o próprio “*intelectual orgânico*” (GRAMSCI, 1982) em luta contra os “*aparelhos ideológicos do Estado*” (ALTHUSSER, 1883), simplificando assim, a questão ética, que de forma imediata passou a ser expressão dos interesses de classe. Essa posição conduzia à luta contra a prática institucional e à negação dos espaços constituídos de intervenção profissional da categoria. Um dos aspectos positivos dessa dinâmica foi a ampliação do campo de atuação profissional e o aprofundamento da reflexão acerca do compromisso social da profissão em foco.

O rompimento com a visão de que a moral é neutra, que não expressa os interesses de classes e que não há uma moral comum a todos os homens, efetivou-se em 1993 com o entendimento contido no código de ética em vigor. Sob esse novo ângulo a ética e os valores ascenderam ao nível do humano-genérico trazendo, assim, um redirecionamento da prática da/o Assistente Social. É por isso, que o código de ética profissional da/o Assistente Social é entendido no contexto de um projeto societário e define-se como projeto ético-político. Segundo Netto,

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas

de sua realização com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 1999, p. 95).

É nesse projeto profissional e com essa consciência profissional que devem ser conduzidos o processo formativo e a prática do Serviço Social. As dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política (GUERRA, 2007) compõem a formação e o exercício profissional. Estão imbricadas nesse processo e não se dissociam umas das outras, se expressam concomitante e mutuamente, mesmo quando uma dessas faces tridimensionais se evidencia na prática em execução. Embora se constituam em formas diversas, constituem uma indissociabilidade entre si.

Dessa forma, a “*compreensão da ética*” compõe um dos princípios que perpassa a formação, constante no Código de Ética em vigor, parâmetro normativo para a ação profissional. O projeto da categoria se esboça como projeto ético-político e desenha a trajetória da profissão, definindo seu posicionamento, professado e assumido na formação e no exercício profissional. Este projeto se configura nos documentos estruturantes do Serviço Social, embora transcenda a materialidade desses instrumentos de formalização da profissão no âmbito regulatório, constituídos pela Lei de Regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/93), pelo Código de Ética Profissional (1993) e pelas Diretrizes Curriculares/ABEPSS (1996).

O compromisso ético-político da prática profissional tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central. A liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. A dimensão ético-política é um atributo da prática, visto que a ação é que pode ser configurada ou não de forma ética. O compromisso ético-político significa a concordância voluntária a determinados padrões de

conduta considerados adequados pelo coletivo. Isso implica, como conduta prévia, uma identificação e compartilhamento de valores e referenciais teórico-metodológicos com um coletivo profissional e uma adesão aos preceitos éticos presentes no código de ética da profissão. Essa adesão deve estar associada à prática profissional correspondente. Afinal, a defesa dos princípios e valores éticos da liberdade, autonomia, emancipação, dignidade, igualdade, humanidade, equidade, justiça social, cidadania, direitos humanos, direitos sociais, democracia; ou a recusa e combate à opressão, à violência, à discriminação, ao preconceito, são consensos construídos socialmente, referendados pelo coletivo profissional e consolidados no campo do saber correspondente. Daí a necessidade de vinculação a esse coletivo profissional, que é disperso e diverso, mas desenvolve ações baseadas nas normas e orientadas por uma direção social da profissão. A centralidade que o mundo dos negócios e das empresas ocupa na vida social contemporânea impõe que reflexões sobre a ética sejam incentivadas como condição para a criação de um mundo social propiciador de práticas e relações no trabalho eticamente saudáveis.

Portanto, a construção de um projeto profissional não é algo definido apenas pela racionalidade ou no âmbito do pensamento, mas também e, principalmente, na ação. Assim sendo, as reflexões contidas neste texto possibilitam o entendimento da Ética não como um conceito filosófico distante da realidade concreta, mas como uma das dimensões específicas da ação profissional, objetivada, transformada e consolidada a partir das demandas e respostas éticas construídas em função das necessidades sociais.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Muito há a ser feito nesse contexto de distorção que perpassa o mundo midiático e real. Distorção dos fatos, dos valores, da noção de humanidade, dos conceitos, da moral, dos preceitos, da razão, dos sentidos, dos conhecimentos, da ciência, das profissões. O culto

à mediocridade, ao fundamentalismo, ao desrespeito pela condição humana, que coloniza o poder político e cultural chega a um estágio de escárnio e indignação. O que fazer? Assim como Brumadinho-MG (2019), a sociedade está imersa em lamaçal de rejeito e excrecência, derramados no rastro de destruição proporcionado pela prática predatória do capitalismo em curso. Como sair desse lamaçal de irresponsabilidade, desfaçatez, cinismo, boçalidade, exploração, extorsão e desrespeito, que representa a moral capitalista, em sua busca insaciável do lucro e da apropriação privada da riqueza socialmente produzida? Como resistir a essa enxurrada de contrassensos e de retrocessos, que invadem a nossa existência? Como fazer frente a desautorização dos saberes, que são patrimônio dos nossos campos de conhecimento? Com certeza o esforço será redobrado e a afirmação e reafirmação dos princípios e valores da humanidade serão um imperativo.

Essa discussão é oportuna nesse contexto, visto que a ética vincula-se aos diversos aspectos da vida social e configura-se como um campo de reflexão fecundo na compreensão da totalidade social. Considerando o posicionamento que embasa as ações como uma de suas dimensões, pode-se afirmar que está presente nas várias formas de práxis, as quais são passíveis de compreensão por esse enfoque analítico. Neste sentido, possui um valioso potencial explicativo sobre a realidade. Pois a vida cotidiana não se define na sucessão temporal de aurora e ocaso, numa rotina cronometrada, que parece não ter interferências, nem fim. Mas é uma sucessão de ações e práticas, que realizadas em determinado espaço temporal, constituem a história de uma dada sociedade. No entanto, embora a ética seja fundamental e esteja presente em todas as formas de práxis social, não pode resumir todos os aspectos da vida social porque não é o único componente de compreensão e de atuação em determinada realidade. É um dos elementos que pode ser compreendido a partir de suas particularidades, entre estas a relação entre ética e moral. A moral como prática dos indivíduos em sua singularidade e a ética como reflexão teórica e como ação livre voltada ao humano

genérico, o gênero humano, ao qual pertencemos. Já a reflexão ética, como outra particularidade em destaque para a compreensão da ética, possibilita a crítica da moral dominante pelo desvendamento de seus significados socio-históricos.

A norma é legitimada na vida coletiva e passa a ser fruto de de-liberação individual, quando se adquire consciência crítica do seu significado, se conhecem as alternativas e se têm condições sociais para intervir na sua elaboração e/ ou transformação. Essa adesão consciente à norma supõe a autonomia diante das escolhas morais e sua realização objetiva supõe a unidade entre a ética e a política, o que se faz no campo dos conflitos, na prática cotidiana e, portanto, demanda um posicionamento de valor.

No nível da prática profissional não existem ações pessoais, mas ação profissional, de responsabilidade coletiva e pública, implicando em compromisso social da categoria, que é representada pelas suas entidades e pelo código de ética. É por isso que compõe o debate da ética profissional uma reflexão sobre a responsabilidade da ação profissional, reconhecendo a moral profissional como de domínio público, determinando punições aos profissionais que descumprem os preceitos dos seus respectivos códigos e afrontam a moral social. A discussão da ética caracteriza-se pela possibilidade de fundamentar o enfrentamento das determinações do mercado, no sentido de surgir como um contraponto à mercantilização irracional da ciência, da tecnologia, do saber, através principalmente da apropriação mercantil da prática profissional especializada.

Portanto, é necessário o entendimento da questão ética como essencial à discussão das profissões, não apenas no que se refere aos aspectos reguladores e punitivos dos respectivos códigos de ética profissional, mas no seu potencial para suscitar a reflexão sobre o padrão civilizatório, que a humanidade quer construir para si. "*Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmaremos.*" (FREIRE, 1996, p. 87). Haveremos de fazer resistência, antes que seja ceifada nossa existência!



## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 20 jan. 2019.
- ABOTT, A. *The system of professions: an essay of the division of expert labor*. Chicago: Chicago University Press, 1988.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*, Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- BARBOSA, M. L. *A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto*, Rio de Janeiro, 1993.
- BARBOSA, M. L. de O. As profissões no Brasil e sua sociologia. Dados: Revista das Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p.593-607, 2003. Disponível em: <[goo.gl/XNVPfn](http://goo.gl/XNVPfn)>. Acesso em: 20 set. 2014.
- BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*, São Paulo, Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. Bases Filosóficas para uma Reflexão sobre Ética e Serviço Social. In: BONETTI, D. A. et al (orgs). *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo, Cortez, 1996.
- BASTOS, A. V. B.; YAMAMOTO, O. H. e RODRIGUES, A. C. de A. Compromisso social e ético: desafios para a atuação em Psicologia Organizacional e do Trabalho In: BORGES, L. O. e MOURÃO, L. (Orgs). *O Trabalho e as Organizações: atuações a partir da Psicologia*. São Paulo: Artmed, 2013.
- BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. rev. e atualizada. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 20 jan. 2019.

- CARR-SAUNDERS, A M. e WILSON, PA, In: SELIGMAN, Erwin (ed) *Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: MacMillan, v.11, 1937.
- COMTE, A. “Catecismo positivista”. In: *Comte - Durkheim*. Coleção “Os Pensadores”. São Paulo, Abril, 1993.
- DURKHEIM, É. *Da divisão social do trabalho*, 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FREIDSON, E. *Professional Powers: a study of the institutionalization of formal knowledge*. Chicago: Chicago University Press. 1988.
- \_\_\_\_\_. *O renascimento do profissionalismo*. São Paulo, Edusp, 1998.
- \_\_\_\_\_. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formal. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 1996.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GUERRA, Y. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*, 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- HELLER, A. *La teoria de las necesidades en Marx*. Barcelona, Ediciones 62, 1978.
- LEFEBVRE, H. *Lógica formal/lógica dialética*, 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos – Terceiro Manuscrito*. In: Marx. Coleção “Os Pensadores”, 5ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- MERTON, R. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- MERHY, E. E. O Ato de Cuidar: a Alma dos Serviços de Saúde. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Ver – SUS Brasil: cadernos de textos. Série B. Textos

- Básicos de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004, p.108-137.
- NETTO, J. P. “A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea”. In: *Capacitação em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social*, módulo 1. Brasília: CEAD/UnB- CFESS-ABEPSS, 1999.
- PARSONS, Talcott. Ensayos de teoría sociológica. Buenos Aires: Paidós, 1967.
- SARFATTI-LARSON, M. S. *The rise of professionalism: a sociological analysis*. Berkeley, Londres: University of California Press, 1979.
- SIMÕES, C. *Curso de Direito do Serviço Social*. 2ª ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2008.
- STARR, P. *The Social Transformation of American Medicine*. New York, Basic Books, Inc, Publishers. 1982.
- VÁZQUEZ, A. S. *Ética*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Entre a realidade e a utopia: ensaios sobre política, moral e socialismo*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.
- WEBER, M. *Economia e Sociedade*, v.2, Brasília: UNB, 1999.

\*\*\*

**Helena Lúcia Augusto Chaves**

Professora da Graduação e da Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE e Doutora em Sociologia pela UFPE.

*helenachaves@gmail.com*

Esta publicação foi impressa em 2019 pela gráfica Imos  
em papel offset 75g/m<sup>2</sup>, fonte ITC Franklin Gothic,  
tiragem de 330 exemplares.